

MARÉ

DE NOTÍCIAS

EDIÇÃO
157

30 ANOS DE BAIRRO

Maré celebra três décadas de luta comunitária e disputa por um lugar na cidade



ACESSE O SITE



NAVEGANDO ENTRE PROFISSÕES |
Pescadores da Maré buscam alternati-
vas diante dos desafios ambientais
- PÁGINAS 6 E 7.

RACISMO AMBIENTAL | PRECISAMOS
FALAR SOBRE E COMBATER
- PÁGINA 8 E 9.

EDITORIAL

Três décadas se passaram desde que o Conjunto de Favelas da Maré se tornou oficialmente um bairro da cidade do Rio de Janeiro. Em 19 de janeiro de 1994, eram 11, e hoje, 16 favelas. É uma celebração, mas também uma oportunidade de reflexão sobre a evolução do termo “favela”.

Favela-Bairro já foi nome de projeto urbanístico e era o desejo de toda comunidade. Ser bairro significava (ou deveria) ter estrutura, ruas pavimentadas, saneamento, energia elétrica, acesso à saúde, educação cultura e, especialmente, respeito à vida de seus moradores.

Apesar do Decreto de Lei nº 2119, os últimos trinta anos foram de denúncias a violações e lutas para instalações de escolas, equipamentos de saúde, iluminação pública, acesso à água limpa, lazer e respeito à vida.

Curiosamente, no último dia 23 de janeiro, o IBGE anunciou que passará a utilizar o termo “favelas e comunidades urbanas” no Censo, para se referir a territórios que por 50 anos foram descritos como “aglomerados urbanos subnormais” ou “excepcionais”.

A mudança reflete a luta dos próprios favelados, orgulhosos de seus territórios e conscientes da potência, muito antes da carência.

Salvo engano, a Maré e a Tijuca são os únicos bairros cariocas que usam gentílico, ou seja, tem forma específica de se referir aos seus moradores. Ser mareense, é realmente pertencer a comunidade, é ser cria, mesmo não tendo nascido exatamente neste chão.

A alegria de celebrar três décadas do bairro Maré, não é menor que o desejo de enfrentar seus desafios e ser um favelado. Que esta jornada, marcada por muitas conquistas, inspire todas as comunidades a trilharem caminhos de resiliência e inclusão.

PICOLÉ

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

O Muro de Berlim

Um dos principais símbolos da GUERRA Fria, o Muro de BERLIM começou a ser CONSTRUÍDO em agosto de 1961 pela República Democrática da ALEMANHA a fim de IMPEDIR a saída de seus CIDADÃOS para o lado OCIDENTAL. Antes da construção, estima-se que cerca de 3,5 milhões de pessoas tenham violado as leis de emigração em vigor e cruzado a FRONTEIRA. Essa enorme EVASÃO levou o governo COMUNISTA a erguer uma BARREIRA física, cuja construção levou alguns meses.

Chamada pelos próprios dirigentes comunistas de “MURO de Proteção Antifascista”, a estrutura tinha 155 quilômetros de extensão, 302 torres, 20 bunkers, 259 recintos para cães de GUARDA e 127 quilômetros de CERCAS com detectores, o que fazia de Berlim Ocidental uma espécie de ENCLAVE impossível de ser acessado. Ainda assim, ao longo de seus quase trinta anos de existência, milhares de pessoas tentaram passar ao outro lado e centenas foram mortas a TIROS por soldados. Em novembro de 1989, o Muro de Berlim começou a ser destruído pela própria população, após a Alemanha Oriental anunciar a abertura da fronteira, mas a DEMOLIÇÃO oficial teve início apenas em junho de 1990.

R	F	F	Y	M	T	E	D	F	O	C
M	N	M	I	L	R	E	B	T	B	L
O	D	R	S	D	B	S	D	S	L	S
E	B	I	R	D	C	E	R	C	A	S
N	L	T	Y	H	H	R	G	T	R	D
C	L	R	A	L	E	M	A	N	H	A
L	T	C	D	G	Y	T	M	T	R	D
A	T	S	I	N	U	M	O	C	D	H
V	T	C	T	B	T	G	L	L	D	T
E	H	F	H	O	N	O	D	N	A	D
B	C	T	L	D	C	Ã	N	G	R	C
M	F	A	L	I	S	S	F	B	R	E
C	D	C	N	U	R	A	L	N	E	M
I	F	T	F	R	S	V	N	D	U	U
D	T	D	T	T	F	E	N	F	G	F
A	B	S	T	S	Y	N	G	L	D	M
D	L	I	L	N	L	C	T	G	U	N
Ã	B	T	T	O	C	L	D	R	T	R
O	N	O	T	C	G	G	O	T	L	T
S	F	N	B	E	F	F	D	F	C	A
M	D	D	F	N	R	R	C	N	B	Y
R	E	G	G	N	O	G	C	D	A	F
T	M	B	U	D	N	N	F	R	R	A
N	O	N	A	R	T	T	F	N	R	T
M	L	C	R	D	E	C	R	L	E	N
M	I	C	D	H	I	N	E	Y	I	D
Y	Ç	L	A	D	R	N	S	N	R	H
O	Ã	N	Y	L	A	C	O	T	A	Y
O	O	F	S	D	C	D	R	D	F	L
L	L	I	M	P	E	D	I	R	S	B
T	F	F	M	T	D	N	T	C	F	H
G	N	O	C	I	D	E	N	T	A	L

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:



R. Sargento Silva Nunes, 1008A
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
www.mareonline.com.br
maredenoticias@gmail.com
contato@maredenoticias.com.br

APOIO:
16 Associações de Moradores da Maré



EDITORA EXECUTIVA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Jéssica Pires

EDITORA
Ana Paula Lisboa

FOTOGRAFIA
Affonso Dalua
Bea Domingues
Douglas Lopes
Patrick Marinho

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Flavia Veloso
Flavinha Candido
Hélio Euclides mtb 29.919/RJ
Henrique Silva
Teresa Santos

REVISÃO
Tatiana Lima

PROJETO GRÁFICO
Affonso Dalua

DIAGRAMAÇÃO
Affonso Dalua

IMPRESSÃO
Gráfica Tribuna

TIRAGEM
10 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO REPRESENTAM A OPINIÃO DO JORNAL

PERMITIDA A REPRODUÇÃO DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA A FONTE.

SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA



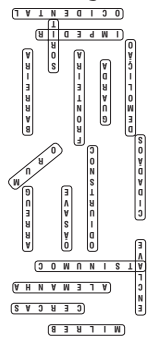
#FaçaCoquetel



ASSINE AGORA! www.coquetel.com.br



Solução



SIGA O CANAL "MARÉ DE NOTÍCIAS" NO WHATSAPP



FALE CONOSCO:

Email: maredenoticias@redesdamare.org.br
Whatsapp: +55 21 97271-9410

REDES SOCIAIS:

Twitter: @maredenoticias
Instagram: @maredenoticias
Facebook: fb.com/maredenoticias

REDAÇÃO MARÉ DE NOTÍCIAS
Rua Sargento Silva Nunes, 1008A
Nova Holanda – Maré
Telefone: +55 (21) 3104-3276



SORTE A DELES, AZAR O NOSSO

Jogos de azar on-line são ilegais, mas ganharam popularidade com a divulgação feita por influencers; apostadores enfrentam dívidas e golpes

FLAVIA VELOSO

Proibidos no país desde 1941, pela Lei das Contravenções Penais, os jogos de azar caíram na ilegalidade sob a justificativa de que: “a tradição moral jurídica e religiosa do povo brasileiro é contrária à prática e à exploração de jogos de azar”. Só permaneceu dentro da lei a Loteria Federal como uma “exceção às normas de direito penal” e para que fossem redistribuídos “seus lucros com finalidade social”.

A proibição, contudo, não esfriou o mercado de jogo ilegal, que recentemente ganhou uma nova face com os jogos de azar virtuais. “Tigrinho”, “Aviãozinho” e “Foguetinho” tomaram conta da internet, com influenciadores patrocinados por empresas do mercado de apostas divulgando diariamente em suas redes sociais esses jogos, que já foram até tema de música.

NA MIRA DO LEGISLATIVO

Atualmente, em âmbito nacional, tramitam no Congresso Projetos de Lei tanto para proibir (PL 3915/2023) quanto para regulamentar (PL 4302/2023) a propaganda de cassino on-line feita por influenciadores digitais.

Além disso, passa pelo Senado o PL 442/1991, que propõe a legalização dos jogos de azar, cuja última atualização foi em 2022. Para o advogado e professor Luiz César Martins Loques,

doutorando em Direito da Regulação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), “toda atuação do Estado regulador, proibindo a atividade ou restringindo-a, reforça o sentido de segurança jurídica”.

IMPACTOS NA POPULAÇÃO

A psicóloga **Caroline Assis Silva Dias** (@psi.carolinedias), especialista em Análise do Comportamento, acredita que os fatores sociais envolvidos nos jogos de apostas online devem ser levados em consideração na proibição. “Se uma população não tem poder de compra, não ganha o suficiente para pagar suas contas e se alimentar, ela vai ver o jogo de azar como um refúgio, um lugar em que ela pode obter mais renda.”

Foi o caso de **Vânia dos Anjos**, moradora da Maré, que viu no Fortune Tiger a chance de fazer um dinheiro extra, mas acabou perdendo mais de R\$ 2.700, em um dia.

“A cabeça pira, e você acha que vai ter aquele dinheiro de volta”, contou Vânia sobre o que sentia a cada rodada perdida. A psicóloga Caroline explica que esse é um sentimento comum nos jogos de azar, já que a cada rodada, não há previsão do resultado. Logo, o jogador pode esperar tanto perder quanto ganhar, o que o mantém confiante para seguir jogando.

Para Caroline, é possível que, nesse cenário, os casos de ludopatia (vício

em jogo) aumentem: “Primeiro, porque agora existe a facilidade de os jogos de azar serem online, a pessoa pode jogar de qualquer lugar. Segundo, porque celebridades com grande número de seguidores fazem propaganda, o que aumenta a confiabilidade”, explica.

É GOLPE

São muitos, ainda, os relatos de golpes dados pelos próprios sites de jogo. Na plataforma Reclame Aqui, referência em controle de qualidade de sites na internet, páginas como “Brazino 777” e “Blaze” receberam nota regular e ruim, respectivamente. O motivo é a grande quantidade de reclamações e o “fato de ambos os sites estarem hospedados fora do Brasil, o que pode facilitar a ocorrência de golpes”, explica o Reclame Aqui.

O advogado Luiz César alerta que os usuários devem procurar a Agência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) em casos de suspeita de golpe, mas pontua que a “interpretação da legislação atual não é clara com relação à legalidade desse tipo de serviço no Brasil.”

Leia outras matérias sobre segurança digital.





30 ANOS DO BAIRRO MARÉ

Primeira matéria da série de reportagens que vai analisar as três décadas do bairro, entre lutas e vitórias por um lugar na cidade

HENRIQUE SILVA

Com mais de 80 anos de histórias, o Conjunto de Favelas da Maré, desde os primeiros núcleos de habitação entre a Praia de Inhaúma e o Morro do Timbau – até a atual formação territorial – passou por um processo contínuo de resistência dos moradores. Em busca por direitos, eles lutaram pela permanência e a melhoria da qualidade de vida dentro do território.

Contudo, há 30 anos, um novo capítulo na história da Maré foi escrito. Com o decreto da Lei nº 2119, de 19 de janeiro de 1994, o Conjunto de Favelas da Maré tornou-se formalmente o mais novo bairro da cidade do Rio de Janeiro: o bairro Maré. Mas, o que essa mudança de status significou para os moradores?

MARÉ HOJE

Atualmente, a Maré conta com 16 comunidades, mas até 1994, eram 13 favelas. O território ainda não contava com as favelas Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (1997), além da Favela de Marcílio Dias, que hoje se soma politicamente ao Conjunto de Favelas da Maré.

No entanto, é importante ressaltar que formalmente, este território não faz parte da área delimitada como bairro da Maré, no decreto usado como base para a lei de 1994.

O DECRETO Nº 7980 DE 12 DE

AGOSTO DE 1988 da criação da XXX RA da Maré afirma que:

“Da Baía de Guanabara, na Foz do Canal do Cunha, seguindo pelo leito deste até a Avenida Brasil, por esta (incluído apenas o lado par, excluindo o Viaduto de Manguinhos) até a Rua Pirangi; daí, pelo prolongamento do alinhamento desta, até a Baía de Guanabara e, pela orla, ao ponto de partida.»

LUTA COMUNITÁRIA

Em 1979, o Governo Federal, por meio do Projeto RIO, anunciou que “acabaria” com as 6 favelas na Maré: Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau, gerando medo e incerteza entre os moradores sobre uma possível remoção. Essa situação levou à rápida organização das associações de moradores das 6 favelas e à criação da Comissão de Defesa das Favelas da Maré



Segundo o Censo Maré de 2013, ao longo de três décadas, a população da Maré quase dobrou. De 71.579 habitantes em 1988, registrado no Censo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passou para 139.073 moradores. Apesar do aumento populacional, ao longo desses 30 anos, não houve investimentos governamentais significativos para renovação e atualização da infraestrutura capaz de acompanhar esse crescimento demográfico, resultando na óbvia defasagem e insuficiência nos serviços de água e esgoto, por exemplo.

(Codefam) para defender os direitos da comunidade.

Nos primeiros encontros da Codefam com o governo, representado por Mário Andreazza, o ministro do interior que liderava o Projeto Rio, ficou esclarecido que apenas as famílias em situação mais precária, vivendo nas palafitas à beira da Baía de Guanabara, seriam transferidas para os novos conjuntos habitacionais do projeto: Vila do João (1982), Conjunto Esperança (1982), Vila do Pinheiro (1983) e Conjunto Pinheiro (1986). Para as áreas semi-urbanizadas, a promessa era de urbanização e saneamento total.

A derrota do ministro Mário Andrezza nas prévias do partido ao qual era filiado e pré-candidato à presidência em 1985, impactou na continuidade das obras, resultando em paralisações e falta de verba. No entanto, a luta pela urbanização, somada à atuação da Associação de Moradores da Favela Nova Holanda – que teve a primeira eleição direta na favela com a vitória da Chapa Rosa –, pressionou os governos a continuarem as obras.

Durante os oito meses de paralisação, as associações do Conjunto de Favelas da Maré, lideradas pela Associação da Nova Holanda, elaboraram um relatório anexando fotos e um abaixo-assinado contendo mais de 11 mil assinaturas. O documento exigia a liberação de verbas para a continuidade das obras, que foram concluídas apenas no final de 1991.

FAVELA É CIDADE

Ao falarmos de um bairro, palavras como formalidade e cidadania vêm à mente, uma vez que este reconhecimento legal traz consigo (ainda que teoricamente) estratégias e soluções para a garantia de direitos. No entanto, por que esse pensamento não é imediatamente associado às favelas?

impõem uma normalização para as violações de direitos.

Segundo o Censo Maré, 62,1% dos moradores do Conjunto de Favelas da Maré se autodeclararam negros e mais da metade da população é composta por mulheres (51,0%). Considerando que, as práticas culturais, ancestrais e de produção de conhecimento local e o cruzamento dos dados pode fornecer insumos para compreensão da realidade do território. Sobretudo, para estabelecer diálogos sob esses pontos de partida para a construção de políticas públicas que estejam conectadas a essas vivências, possibilitando uma maior efetividade.

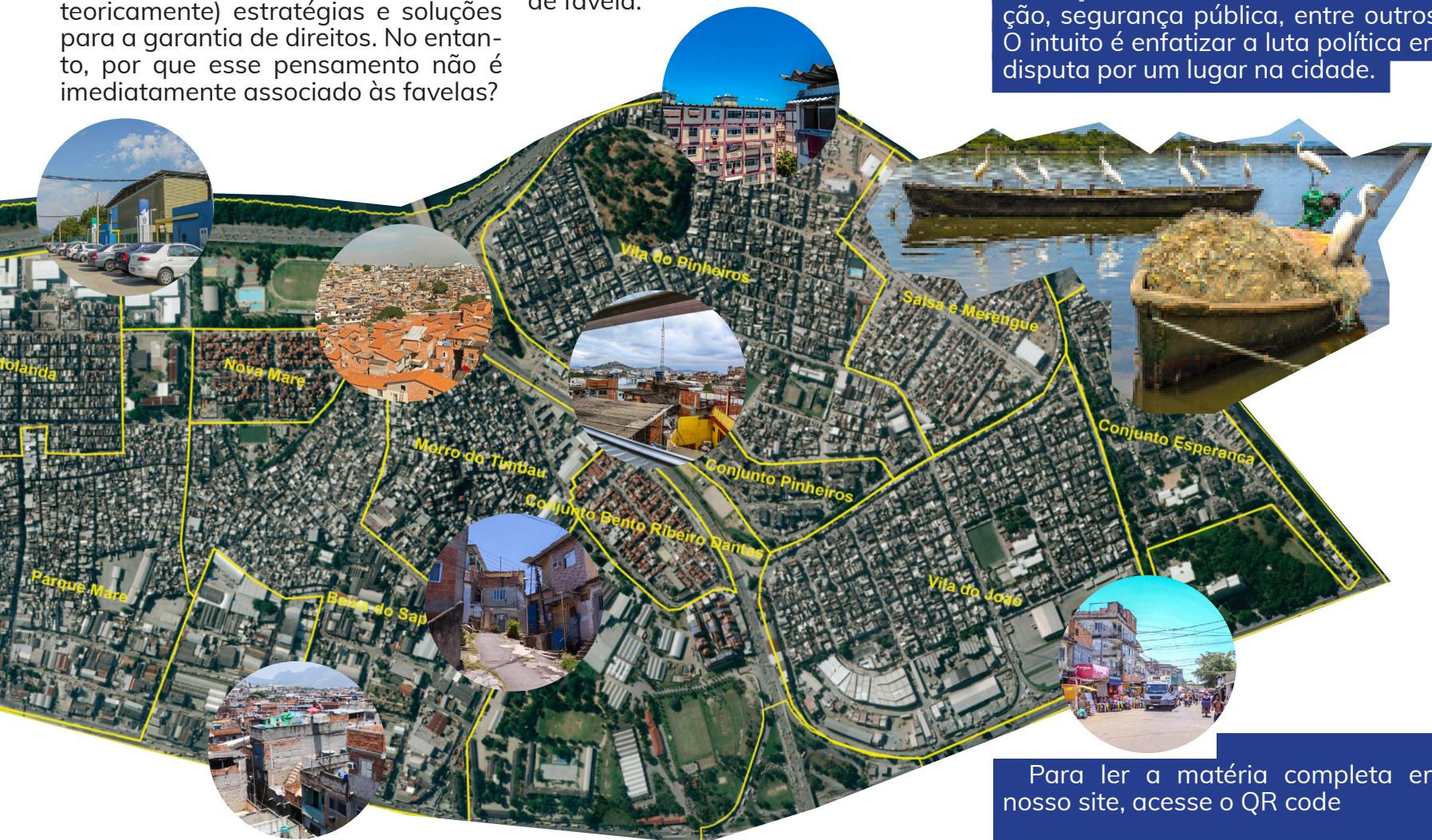
A falta de diversidade nos cargos de gestão pública e políticos – dos 51 vereadores do Rio, apenas 11 são autodeclarados negros – explicita a ausência de representatividade identitária e social que é fundamental para formulação de Políticas Públicas. Mas, principalmente, revela como o parlamento municipal está longe das experiências concretas das pessoas que vivem a realidade dos territórios de favela.

como as lutas por uma moradia digna, acesso a água e luz, que remontam o histórico de muitas favelas da Maré. Incluindo, até, alguns exemplos recentes dessa incidência Política Popular, como a campanha Vacina Maré, em 2021, durante a pandemia de COVID-19.

Ter o status de bairro tem um significado não somente simbólico, mas também prático dentro da estrutura social e na efetivação das políticas públicas. Então, neste caso, a Maré é um bairro que precisa ser encarado como tal pelo Poder Público, uma vez que o Conjunto de Favelas da Maré é por direito e decreto parte da cidade.

A fim de celebrar os 30 anos da Maré como bairro e refletir sobre o que nos trouxe até aqui, ao longo de 2024, o Maré de Notícias vai produzir uma série de reportagens sobre os 30 anos de formalização do território.

Ao longo das matérias, serão abordados temas como: raça, gênero, educação, cultura, saúde, urbanização, segurança pública, entre outros. O intuito é enfatizar a luta política em disputa por um lugar na cidade.



Uma das razões se dá pelo fato de que historicamente os territórios de favelas são considerados espaços informais dentro da cidade, como é o caso da Maré. Tendo em vista que essa construção em torno da ideia de informalidade, ao longo dos anos, consolidou-se o estigma em torno da palavra “favela” como lugar de violência e pobreza, que persiste até hoje no imaginário das pessoas. Inclusive, na mente dos próprios moradores devido aos processos estruturais, que

Portanto, para além da implementação de uma Política Pública, é preciso manutenção, acompanhamento, avaliação e representação socialmente engajada dentro dos espaços de poder e tomada de decisão. Por muitos anos, foi a organização, conhecimento e luta dos próprios moradores, muitas vezes traduzidos em iniciativas sociais locais, que possibilitaram a concretização de diversas políticas públicas em benefício do território,

Para ler a matéria completa em nosso site, acesse o QR code



NAVEGANDO ENTRE PROFISSÕES

Da pesca ao turismo, pescadores da Maré buscam alternativas diante da poluição e desafios ambientais

HÉLIO EUCLIDES

O jogador de futebol tem o campo como local de trabalho, o ascensorista tem o elevador, o professor tem a sala de aula, já o pescador deveria ter o mar, mas a poluição da Baía de Guanabara tem deixado o profissional cada vez mais longe das águas. Este é o caso dos pescadores da Maré.

A pesca artesanal é uma atividade realizada por profissionais que praticam a pesca em pequena escala. Eles pescam para o consumo da própria família e para vendas locais. Porém, como a despolui-

ção nunca chega às águas da baía, os pescadores mareenses vêm se capacitando e transformando as embarcações para levarem grupos interessados em passeios turísticos, e roteiros de pesca por lazer na região nos finais de semana, ao longo de todo o ano.

AS ÁGUAS

A Baía de Guanabara é formada pelo desague de 35 rios e forma 53 praias, que recebem 98 toneladas de lixo por dia, segundo levantamento da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. De acordo com o site Museu do Amanhã, estima-se que atualmente restam apenas 12% do espelho d'água da baía apto para a pesca artesanal.

De acordo com o levantamento do Painel de Consultas do Registro Geral da Atividade Pesqueira, o Brasil conta com 1.035.478 pescadores profissionais ativos. Dados da Federação de Pescadores indicam a existência de aproximadamente 22 mil pescadores

artesanais na cidade do Rio de Janeiro, or-

ganizados em cinco colônias registradas. Já o Ibama reconhece a existência de três mil pescadores artesanais atuantes no município.

O PLANO B

Ao conversar com pescadores, é impossível não lembrar do acidente ecológico que ocorreu na Baía de Guanabara, no ano de 2000. À época, foram derramados 1,3 milhões de litros de óleo pela Petrobrás. Muitos conseguiram indenizações, com valores diferenciados, algo que não agradou a grande maioria. O derramamento de óleo diminuiu consideravelmente o volume e a qualidade do pescado, atingindo em cheio a atividade pesqueira. Desde então, alguns profissionais além de se dedicar ao ofício da pesca, dividem-se em um segundo emprego, como pedreiro ou ajudante de obras.

Um destes profissionais, é **Paulo Cesar**, de 63 anos, que há 30 anos atua na Colônia do Parque União, onde já foi possível pescar. Ele reclama da poluição e concorrência desleal com a pesca industrial.

“Nós pescadores artesanais não temos chance nenhuma contra as redes de cerco que acabam com tudo. Inclusive, com o crescimento dos peixes. Além disso, ainda tem o chorume, químicas e óleo que os navios jogam quando lavam os porões. Hoje vivemos de esperança, pois acreditamos que ainda há vida na baía, mas é triste ver a Baía



de Guanabara agonizando, ela pede socorro”, conclui.

Samuel dos Santos, de 47 anos, conta que está no ramo desde criança e como segunda profissão, atua também como segurança. Samuel resiste e até afirma que comprou um novo barco para usar exclusivamente para a pesca.

“Vimos a necessidade de investir cada vez mais em barcos maiores para sair da Baía. A dificuldade é encontrar lençol, plástico e saco de náilon, que danificam a caixa de marcha, o eixo e a hélice. Não temos incentivos do governo e vivemos de promessas da despoluição. Hoje 90% dos barcos da Colônia do Parque União se adaptaram para os passeios, restaram uns cinco. O pescador, se depender do peixe, morre de fome”, ressalta. O preço do passeio para um grupo de dez pessoas é R\$400.

PRAIA SEM PEIXE

Na Praia de Ramos, favela onde se encontra a Colônia de Pescadores Z-11, um dos filiados mais antigos é **José da Silva**, de 58 anos. Conhecido como Barriga, ele faz parte da terceira geração de pescadores da família e garante que a Baía de Guanabara resiste e ainda tem vida, apesar de prejudicada. Ele reivindica melhorias para continuação da pesca artesanal.

“É necessário a dragagem dos canais do Cunha e Tubiacanga e da área da Praia de Ramos. Há muito lixo e chorume que vem de Duque de Caxias. Os projetos de retirada de lixo da baía por parte dos pescadores não chegam em Ramos, nem o projeto das ecobarreiras funcionam como deveriam. Hoje, alguns colegas deixam a rede de lado para realizar os passeios, como solução para a sobrevivência.”

Wilson Soares, de 53 anos, com 12 anos de pesca, afirma que os pescadores não desejam mais passar a profissão para os filhos. Para ele, há na baía o efeito da migração forçada e involuntária para a sobrevivência, onde pescadores se tornam catadores de materiais reciclados lançados ao mar ou adaptam o barco para o turismo de pesca.

“É muito sofrimento. É preciso acabar com o esgoto que vem das valas e a poluição do aeroporto do Galeão. Ainda tem a poluição industrial, como de empresa de roupas. Os projetos interesseiros de limpeza da Baía querem que o pescador só pegue os materiais recicláveis, mas precisamos tirar do mar as televisões, as geladeiras, os sofás e as vegetações. O pescador precisa entender que juntos somos mais fortes”, opina.

39 ANOS SEM SOLUÇÃO

O ambientalista e coordenador do Movimento Baía Viva, **Sergio Ricardo**, ressalta que o Canal do Cunha é um dos trechos mais contaminados da Baía de Guanabara.

“Essa região era industrial nos anos 1980 e 1990 e tem, há décadas, a presença da Refinaria de Mangueiros. É uma área com mais de 2 milhões de pessoas e abrange favelas que são vítimas do racismo ambiental. O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara foi iniciado em março de 1995. Portanto, há 39 anos e, até hoje,

conjunto com a Trama Ecológica, de Duque de Caxias, e apoio de recursos do Ministério Público Federal, trabalhar em oito municípios da Baía de Guanabara



nã o
f o i
c o n -
c l u í d o”.

O ambientalista conta ainda que, a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Alegria, foi projetada para tratar 5.000 litros de esgoto por segundo, mas não trata nem 20% da capacidade porque não foi construído o tronco coletor de esgoto.

A Baía de Guanabara recebe 18 mil litros de esgoto por segundo. Caso funcionasse na capacidade total, somente a ETE Alegria já seria capacidade de tratar um terço dessa poluição. Ele considera absurdo que a Maré esteja ao lado da ETE Alegria e não tenha ligação com a estação.

TURISMO COMUNITÁRIO

Ricardo ressalta que existe um ramo da economia chamado Turismo de Base Comunitária (TBC) ou turismo comunitário, que é uma política pública. “Aqui na Baía de Guanabara existem algumas experiências. Em Guapimirim houve um curso que formou cerca de 40 pessoas, pescadores, agricultores e caranguejeiros, que além de exercer sua profissão, passaram a ter uma outra atividade econômica”.

A iniciativa é um dos projetos do Baía Viva: o Pescatur, que busca em

promover o turismo comunitário.

“Estamos fazendo cursos de turismo de base comunitária na forma de educação à distância, com o Comitê Pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da Unirio, e o Departamento de Turismo da UERJ. É um programa de extensão que empodera os pescadores, sendo uma alternativa de geração de renda e ao mesmo tempo de valorização dos territórios das populações tradicionais”, explica o ambientalista.

Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura, a pasta busca articular e concretizar políticas públicas para a defesa, promoção e fortalecimento das comunidades pesqueiras artesanais e de seus territórios pesqueiros. Dentre as ações desenvolvidas, para o Ministério, destacam-se: o Programa Jovem Cientista da Pesca Artesanal, o Projeto Santiago, o Programa Boa Maré, o Programa Dos Territórios Pesqueiros Artesanais e a valorização da Cultura Pesqueira Artesanal.

RACISMO AMBIENTAL

A urgência de falar sobre e executar políticas de combate

FLAVINHA CÂNDIDO

A gravada pelas intensas chuvas que provocaram alagamentos em diversos bairros e municípios do estado nas últimas semanas, a polêmica em torno do conceito de “racismo ambiental” assumiu uma nova complexidade no cenário carioca.

A atuação da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, tornou-se crucial ao trazer à tona a discussão do tema em um vídeo nas redes sociais. Na gravação, Anielle não apenas evidenciou as marcas físicas dos alagamentos nas comunidades mais afetadas, mas também lançou uma reflexão importante, ao questionar o marcador racial nesses locais.

O TERMO

A ministra não inventou o termo “racismo ambiental”. Ao contrário, ela apenas destacou a existência de uma realidade muitas vezes negligenciada. Ao levantar a questão da cor predominante nas áreas impactadas, Anielle Franco busca chamar a atenção para a interseção entre fatores raciais e ambientais, reconhecendo a existência das desigualdades que afetam as comunidades mais pobres.

A utilização do termo racismo ambiental se refere ao trágico episódio

do da contaminação química no bairro de Love Canal, em Niagara Falls, estado de Nova York, em 1978, quando moradores descobriram que as casas do conjunto habitacional onde viviam, foram construídas próximo a um antigo depósito de canal resíduo químicos industriais e bélicos. Este evento catastrófico nos Estados Unidos despertou a atenção para a interseção entre questões ambientais e raciais, revelando a disparidade na distribuição de riscos e recursos.

NO BRASIL

É fundamental ressaltar o “mito da democracia racial”, uma concepção forjada por intelectuais brasileiros nos séculos 20 e 21, que Abdias Nascimento e outros pensadores questionam de forma incisiva. Abdias Nascimento, em particular, empenhou-se ao longo de sua vida na desmitificação do racismo velado no país, constituindo-se como uma figura central na denúncia das raízes profundas desse problema. Seu ativismo não apenas desafiou a narrativa ilusória de harmonia racial, mas também serviu como um alicerce para evidenciar a urgência de políticas públicas que abordem as áreas vulneráveis e combatam as estruturas discriminatórias enraizadas na sociedade.

Os primeiros casos de justiça e racismo ambiental no Brasil começaram a ser denunciados no final da década de 1980.

O dado contradiz a ideia de que o termo é uma invenção recente, mas também evidencia como essa realidade que ganhou maior visibilidade atualmente, em parte, devido à longa omissão das questões de racismo no país.

Anielle Franco não apenas destaca a problemática, mas também enfrenta o desafio de educar e sensibilizar uma sociedade que, muitas vezes, nega ou minimiza a existência dessas disparidades. É por isso que, a atuação da ministra se tornou um catalisador para uma discussão mais ampla e informada sobre as interseções entre raça e meio ambiente, que são fundamentais para avanços significativos em políticas públicas e conscientização social.

DESIGUALDADES

A doutora em Ciências Sociais, **Lays Helena Paes e Silva**, resalta que o racismo ambiental está profundamente ligado à distribuição injusta de recursos e problemas ambientais.

“Pergunte a si mesmo, onde vive a maioria da população negra? Quais são os bairros mais afetados pela poluição, contaminação e falta de acesso à energia? Essa injustiça distributiva tem uma forte dimensão racial, histórica e frequentemente negada”, questiona.

O racismo ambiental é uma realidade muitas vezes negligenciada, mas que tem implicações profundas na vida de regiões vistas como marginali-



BEA DOMINGUES



Em janeiro, chuvas intensas provocaram alagamentos em diversos bairros e municípios do estado, expondo o racismo ambiental

zadas. Para promover mudanças significativas nessas áreas, é essencial usar o termo racismo ambiental, porque é crucial entender que, a realidade das questões climáticas vai além de meros desastres naturais.

O racismo ambiental fica evidente nas regiões mais desfavorecidas do Brasil, como favelas, periferias, quilombos e comunidades ribeirinhas, locais habitados majoritariamente por pessoas de baixa renda, pretas e até abaixo da linha da pobreza. São essas populações que enfrentam de maneira mais intensa as consequências dos eventos climáticos extremos, pois não há prevenção feita pelo poder público.

CONTRA A INVISIBILIDADE

A invisibilidade do racismo ambiental perpetua a desigualdade, impedindo o reconhecimento e a compreensão generalizada desta questão crucial. Dar visibilidade ao termo é o primeiro passo para mobilizar a opinião pública, sensibilizar autoridades e criar um ambiente propício para a implementação de medidas eficazes.

Visibilizar e conscientizar a população sobre o racismo ambiental é o primeiro movimento para a criação de políticas públicas transformadoras. Ao conscientizar a sociedade e envolver as pessoas que são cotidianamente afetadas, pode-se cobrar de maneira mais decisiva a distração de interesses dos governantes em promover um ambiente mais justo e sustentável.

A falta de investimento em infraestrutura nessas regiões se torna uma

das principais falhas nas políticas públicas, perpetuando o ciclo do racismo ambiental. A ausência de prevenção e saneamento básico adequado, além de estratégias de resposta a desastres, contribui para a vulnerabilidade dessas populações que não têm nenhum privilégio.

No âmbito do poder executivo, políticas públicas simples, como infraestrutura básica, habitação adequada, planejamento urbano igualitário, educação ambiental e conscientização, resposta a desastres e empoderamento comunitário, são fundamentais. Essas políticas corrigirem as falhas existentes, exigindo um compromisso renovado com políticas públicas mais justas, distribuição mais igualitária de recursos e investimentos significativos em infraestrutura e serviços para todas as regiões.

É fundamental construir um futuro com ato preventivo em relação às sociedades mais atingidas. Isso é categórico para quebrar o ciclo do racismo ambiental. Isso exige não apenas conscientização, mas a implementação urgente de políticas públicas que atendam às necessidades específicas dessas áreas, fazendo justiça às populações muitas vezes esquecidas pelo Poder Público e que sempre sofrem as grandes consequências da falta de investimento.

Flavinha Cândido é Assessora Parlamentar, Professora de Língua Portuguesa e Literaturas no Pré vestibular Comunitário Estudando Pra Vencer e formada em Letramento Racial no Instituto Ayó.



AFFONSO DALUA

Políticas públicas de urbanização e educação ambiental, ajudariam a amenizar os problemas



ILHAS DE CALOR

Resultado da pesquisa *Respira Maré* mostra que diferença de temperatura entre favelas mareenses pode ser de até 2°C

TERESA SANTOS

O projeto *Respira Maré: Diagnóstico sobre ilhas de calor e qualidade do ar nas 16 favelas da Maré*, coletou dados sobre temperatura, umidade e qualidade do ar no território, entre março e setembro de 2023. O resultado da pesquisa foi apresentado em dezembro do ano passado e trouxe alertas para a comunidade: além das altas temperaturas, os mareenses convivem com grande variação térmica e níveis excessivos de gases e poluentes atmosféricos.

VARIAÇÃO TÉRMICA

O projeto foi realizado pela Redes da Maré, com articulação dos eixos de Direitos Urbanos e Socioambientais (DUSA) e Direito à Saúde, com o apoio do Instituto Clima e Sociedade (iCS). A pesquisa estabeleceu 25 pontos de medição, organizados em cinco grandes áreas que agruparam as 16 favelas do conjunto.

De todas as áreas analisadas, a Nova Maré foi a região mais quente, com 28,3°C. Baixa do Sapateiro, Bento Ribeiro Dantas e Parque Roquete Pinto também tiveram temperaturas iguais ou superiores a 28°C. Além disso, essas favelas também foram diagnosticadas como as áreas mais secas da Maré.

Por outro lado, Nova Holanda, Parque União e Praia de Ramos foram os pontos menos quentes (e com maior umidade), com medições variando de 26,4°C a 27,2°C. Comparando as regiões mais e menos quentes, a diferença chegou a praticamente 2°C, indicando uma grande variação térmica no território.

NOITES QUENTES

O relatório apontou ainda diferenças importantes no que diz respeito ao resfriamento noturno. Enquanto áreas

como Marcílio Dias, Praia de Ramos e Parque Roquete Pinto experimentaram uma média de queda da temperatura de 3,5°C à noite, as regiões da Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Morro do Timbau e Bento Ribeiro Dantas tiveram um resfriamento noturno de apenas 1,5°C.

Luiz Carlos Soares foi um dos jovens que atuou na coleta de dados do projeto e conta sobre a sensação de que a cada ano a favela fica mais quente. “No ano passado, meu ar-condicionado avariou e as noites foram muito ruins para dormir. Tive que tomar banho várias vezes para me refrescar, resultando em uma sensação de noite mal dormida”, relata.

Quanto à qualidade do ar, o estudo encontrou outros dados preocupantes. A concentração média de material particulado (PM2.5) esteve acima do nível considerado seguro pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em todas as áreas analisadas. De forma semelhante, a concentração de dióxido de carbono (CO2) também ficou acima da média global e do valor ideal para combater o efeito estufa nas cinco grandes áreas investigadas.

SAÚDE PREJUDICADA

A pesquisadora **Renata Gracie**, Chefe do Laboratório de Informação em Saúde (Lis/Icict/Fiocruz), explica que a variação da temperatura no ambiente ou a manutenção da temperatura muito elevada pode ter diferentes efeitos nas pessoas.

“Pessoas saudáveis podem sofrer com dores de cabeça, mal-estar e perda da agilidade nas ações”, afirma. Segundo Renata, isso ocorre devido ao impacto do calor no sistema nervoso, no sistema circulatório, no sistema respiratório ou no sistema geniturinário, responsável por retirar as substâncias tóxicas e em excesso do nosso corpo.

Com relação à qualidade do ar, ao ultrapassarmos os limites estabelecidos, os problemas podem variar. Especialmente, agravando doenças respiratórias como a asma. Vale lembrar que, tanto o aumento da temperatura quanto a presença de poluentes no ar, podem impactar de forma mais séria idosos, crianças e gestantes.

LOCALIZAÇÃO

Segundo **Luna Arouca**, uma das coordenadoras do projeto, um dos principais fatores que contribuíram para os resultados encontrados é a localização. A Maré está entre as três principais vias de acesso ao Rio de Janeiro: Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil, com grande circulação de carros. Além disso, há também a falta de política específica de mitigação desses impactos e uma carência de áreas verdes.

Segundo Luna, o estudo traz dados importantes para subsidiar políticas públicas e ações específicas de enfrentamento desses problemas. “Além disso, reforça como organizações de favelas e regiões periféricas são atores fundamentais no desenvolvimento das políticas públicas, na produção de dados qualificados e no engajamento dos moradores”, destaca.

Ela acrescenta ainda que, a iniciativa, reforça o papel dessas organizações como atores no debate de justiça climática, justiça ambiental e racismo ambiental.

Para ler os dados completos da pesquisa, acesse o QR code:



UM CONJUNTO DE ESPERANÇAS

Para os moradores, essa parte da Maré não é melhor e nem pior, apenas diferente

HÉLIO EUCLIDES

pela primeira vez, a Maré teria prédios habitacionais, em 1982, com a construção do Conjunto Esperança. Os 35 edifícios de cinco andares cada, foram erguidos entre o campus Maré da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Canal do Cunha, com um total de 1.400 apartamentos.

O Projeto Rio previa a remoção dos moradores das palafitas para a Zona Oeste, mas com a união de lideranças da Maré, os moradores acabaram sendo alocados para a região, que inicialmente tinha a estimativa de abrigar 7.000 pessoas. A Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB) foi a responsável pela seleção e instalação dos moradores no conjunto.

SERVIÇOS AUSENTES

Os moradores mais antigos contam que no início, a vida no novo conjunto não foi fácil, principalmente pela ausência de serviços públicos e comércios, o que retratava a falha de planejamento pelo governo da época.

Um desses moradores é **Fátima Aparecida**, de 68 anos, que vive há quatro décadas no Conjunto Esperança, 15 destes trabalhando na associação de moradores.

“No início era tudo prédio e mais nada, era tudo mato. A população sentia falta de um comércio, eu fazia compras e trazia de ônibus. O primeiro comércio foi de um senhor que vendia leite e pão de bicicleta. Ele berrava e os moradores desciam dos apartamentos, era o nosso iFood da época”, brinca.

Fátima lembra também dos pescadores que trabalhavam no entorno do conjunto, quando as águas da baía ainda tinham peixes, dos boatos so-

bre a favela ter sido planejada para ser um condomínio fechado, mas que o projeto não foi para frente, e como a Vila do João naquela época era a favela de referência, até mesmo para comprar pão.

“Minha mãe dava aula de culinária na Ação Comunitária, na Vila do João. Usava até flores de abóbora nas receitas, algo que tinha muito por aqui”.

AMOR PELA FAVELA

Nas conversas com os moradores, é inegável o amor e carinho que se revela pelo território. Apesar de ser uma favela originalmente criada com prédios, às margens da Baía de Guanabara, foram construídas pelos próprios moradores um conjunto de casas, conhecidas como Vila Esperança ou “Pata Choca”.

Segundo o Censo Maré, hoje a favela é composta por 1.870 habitações, entre apartamentos e casas, com mais de 5 mil pessoas. Um dos moradores ilustres foi a vereadora Marielle Franco, que fazia questão de se dizer “cria da Maré” e passou parte da vida no Conjunto Esperança.

Pedro Francisco, presidente da Associação de Moradores do Conjunto Esperança há 12 anos, deixa claro o motivo da escolha da favela para morar. “Aprendi a amar e cuidar com todo carinho e respeito daqui. O Conjunto Esperança não é melhor e nem pior, apenas diferente”, opina.

Já Fátima afirma como gosta de ver no que a favela se transformou, com jardins e árvores que limpam o ar. “Hoje aqui é estilo Zona Sul: tudo organizado com praças, dois campos sintéticos e escola com muro multicolorido. As paisagens que vejo das minhas janelas são lindas, como o Pão de Açúcar, a Igreja da Penha e o Castelo do Instituto Oswaldo Cruz”, afirma orgulhosa.

E conclui: “Tenho muito carinho pelo conjunto, pois minha vida foi aqui, vim com minha mãe, me casei, tive três filhos e agora são dois netos. Hoje o conjunto é um adulto ainda em fase de evolução”.



AFFONSO DALUA



AFFONSO DALUA

